

24/05
Domício Proença Jr.
Eugenio Diniz
Salvador G. Raza

GUIA DE ESTUDOS DE ESTRATÉGIA

Paulo W.
P. Mag. 5/2002.

Jorge Zahar Editor
Rio de Janeiro

- A guerra era instrumento da política e não tinha sentido fora do mundo político.

Foi com estas bases que Clausewitz se propunha a reescrever sua obra. Nunca a terminou. Apenas considerava definitivamente pronto o primeiro capítulo. E Clausewitz pretendia, com certeza, uma revisão completa do todo, onde diversas notas soltas teriam encontrado lugar. Com tudo isto, produziu a primeira e mais penetrante análise da guerra.

As sombras do “Da guerra” no século XIX pelos olhos do século XX

A complexidade e a profundidade dos escritos de Clausewitz desafiavam uma síntese completa. Ao contrário de Jomini, em Clausewitz não se pode encontrar um sistema geral simples e claro, de fácil entendimento e aplicação. Clausewitz não pode ser lido e aplicado como um manual: coloca em pauta relacionamentos e fundamentos, não definições de termos ou regras de imediata aplicação. Clausewitz não buscava restaurar, mas aprender: ao se debruçar sobre o seu tempo, fez o primeiro diagnóstico sistemático do mundo bélico moderno e identificou os pilares do bélico sobre os quais nos apoiamos. Acima de tudo, como dizia o próprio Clausewitz, sua obra ainda não estava em sua forma definitiva; necessitava de uma extensa revisão. De fato, ainda mais que Jomini, Clausewitz foi reescrito e pretensamente sintetizado por autores que viam em sua obra o que queriam, estivesse lá ou não. Assim, o que se segue é, necessariamente, um entendimento sobre uma obra que é de difícil compreensão, e que reflete uma leitura moderna de Clausewitz, apoiada em intérpretes rigorosos e sistemáticos do final do século XX.

O que o *Da guerra* faz é aparentemente muito simples. O texto dá continuidade à reflexão militar ocidental aceitando a novidade político-sócio-bélica resultante das revoluções Americana e Francesa, cuja forma final foi dada por Napoleão. Criticava as tendências racionalistas e formalizantes do final do século XVIII — como a geometria bélica de von Bülow e os diagramas militares de Lloyd —, descartando o que identificava como excesso de formalismo e extrapolações indevidas a partir de casos particulares.

O *Da guerra* não tolerava a idéia de uma guerra estanque, desvinculada do restante da vida política e social, regida por etiquetas mili-

tares. Ao contrário, reconhecia-a como claramente inserida num mundo complexo, dinâmico, difuso, e profundamente marcado por uma quantidade inesgotável de ligações e relações, principalmente políticas. É impossível lhe fazer justiça sem um espaço muito mais amplo do que o de que se dispõe aqui — literalmente, só se lhe faz justiça lendo o próprio *Da guerra* e seus melhores intérpretes. Trata-se aqui antes de um convite à leitura, adequado a um guia, mas não de um resumo que substitua o contato com a própria obra.

A literatura dos Estudos Estratégicos tem criticado enfaticamente a forma parcial, fragmentária e oportunista pela qual Clausewitz foi (e ainda é) lido. Esses estudiosos mostraram que sua obra foi objeto de apropriações, inferências e edições muitas vezes completamente incompatíveis com suas bases e assertivas. Muito de Jomini foi justaposto a Clausewitz, sem que se levasse em conta as profundas divergências entre os dois autores e suas obras.

Não se pretende, neste *Guia*, fazer uma revisão completa do trabalho de Clausewitz em si, nem de suas sucessivas interpretações, mas antes de trazer os pontos pelos quais se tomar a sua obra, contrastando-a com a de Jomini e seu legado. Com isto, busca-se informar sobre a vertente clausewitziana que orienta a linhagem predominante do pensamento estratégico contemporâneo.

Ao contrário do que muitos intérpretes afirmaram, Clausewitz *não é um filósofo da guerra*, tanto em um sentido estrito quanto em um mais popular do termo. Clausewitz é o teórico da guerra. Talvez se possa atribuir a caracterização errônea de Clausewitz como filósofo a um reconhecimento de uma profundidade em seu trabalho que transcendia as necessidades muito práticas de boa parte de seu público; ou, talvez, a uma tentativa de enquadrar sua obra e pô-la lado a lado com outras de caráter prescritivo — como manuais, por exemplo; ou mesmo ao desejo, nem sempre consciente, de se livrar do desafio de uma interpretação consistente, exilando o *Da guerra* a um plano abstrato.

Como teoria, Clausewitz e o *Da guerra* se inserem na grande tradição das obras fundadoras de campos inteiros do conhecimento científico moderno, podendo ser comparados, tanto em rigor quanto em profundidade, aos máximos gênios dessa tradição, como Thomas Hobbes em *O Leviatã*, Newton nos *Principia Mathematica Philosophiae Naturalis*, Marx em *O capital*, Darwin em *A origem das espécies* ou Freud no conjunto de sua obra sobre a psicanálise.

Como aqueles gigantes, Clausewitz começa seu estudo sobre a guerra definindo-a conceitualmente: para ele, como já dito, “A guerra

é ... um ato de força para compelir nosso inimigo a fazer a nossa vontade”. As consequências lógicas desse conceito são aquilo que ele chama de “as três interações” que levariam necessariamente a um exercício extremo de violência nesta concepção de guerra:

- um lado que usasse a força sem constrangimentos ganharia vantagem sobre o outro, que seria obrigado a imitá-lo;

Um lado que exercer violência de forma mais imoderada tenderá a ser capaz de infligir mais danos ao inimigo; por força desse fato, este inimigo terá ou que reagir no mesmo grau de violência, abandonando suas perspectivas e mecanismos de moderação, ou aceitar uma luta desigual, uma assimetria de vantagens e desvantagens, a partir de que sua derrota é mais provável.

- o objetivo da guerra, para ambos os lados, seria desarmar o inimigo;

Dado que a guerra é um ato de força, a melhor maneira de garantir o sucesso na guerra e a sua permanência é simplesmente destruir a capacidade do inimigo de seguir combatendo, isto é, privá-lo de suas armas. Uma vez que ambos os lados podiam antecipar essa tendência, ambos tenderiam a usar o máximo de força necessário para privar o quanto antes o inimigo dessa capacidade, o que, outra vez, implicaria uma ascensão a um extremo de força e violência na guerra.

- a guerra demandaria, para ambos os lados, o *máximo dispêndio* de todos os meios disponíveis e de toda a força de sua vontade.

Dados os riscos e consequências de se ver desarmado, cada um dos lados agiria de maneira a evitar esse risco a todo e qualquer custo. A guerra atingiria, então, um máximo de violência que seria melhor descrito como absoluto.

Ou seja, para Clausewitz, o próprio fato de que a guerra era um ato de força determinava, em função do efeito que produzia no inimigo e que sua reação produzia em nós, as três tendências acima, que logicamente determinavam um exercício imoderado e simultâneo do máximo de força disponível em qualquer sociedade.

Entretanto, Clausewitz se deparou com um fato inescapável que seus estudos históricos mostravam: as guerras nunca haviam sido espasmos de violência absoluta. Ao contrário, as guerras sempre terminavam antes que se atingissem os extremos de violência que o conceito exigia. Para ele, as guerras concretamente ocorridas:

- nunca eram um ato isolado de pura força;

- nunca consistiam em um único espasmo de extrema violência;
- seu resultado nunca era final, pois terminavam antes do desarmamento completo de um dos lados.

Era preciso não descartar esses fatos, e sim esclarecer os motivos pelos quais a guerra na prática era tão diferente do que o desdobramento lógico de seu conceito exigia. Aqui reside a força teórica de Clausewitz: em estabelecer o conceito, confrontá-lo com a realidade, e incorporar teoricamente as diferenças entre o conceito e a realidade. De fato, uma boa teoria não é simplesmente o desdobramento de um conceito, mas a análise de um fenômeno.

Assim, transparece aquilo que é o método científico clausewitziano: definir um conceito; extrair dele todas as suas consequências lógicas; verificar se e como essas consequências lógicas são respaldadas pela realidade, tomando a realidade como critério de validade; incorporar as diferenças com a realidade à formulação teórica, agregando ao conceito puro todas as determinações que a realidade impõe. O vigor desse método diferencia a obra de Clausewitz e sua descendência de todas as demais, oferecendo e incorporando em si mesma um critério poderoso de validação e crítica, não só de sua própria obra, mas de quaisquer outras no campo dos estudos da guerra.

É por realizar essa passagem que Clausewitz se insere decisivamente na moldura intelectual do grande cientista, afastando-se inapelavelmente do terreno da filosofia e da tradição memorialista ou propositiva que caracterizavam os textos sobre assuntos militares até então.

Num certo sentido, pode-se dizer que a teoria da guerra exposta em *Da guerra* é a melhor resposta para o paradoxo da diferença entre a guerra como conceito e a guerra como história. Ao expor suas reflexões, Clausewitz vai refinando seu entendimento de por que é que as guerras não atingem os extremos de violência; nesse processo, produziu-se a mais completa investigação sobre o fenômeno bélico de que se tem notícia.

Por que é que a guerra nunca atinge os extremos de violência conceituais? A resposta é decorrente de uma série de fatores identificados por Clausewitz, a saber:

- a guerra é a *continuação da política* por outros meios (especificamente, os meios de força)

Clausewitz lembra que, em função mesmo de seu conceito, a guerra não pode ser separada de seu propósito político, ou seja, a “nossa

vontade” que se quer que o inimigo cumpra. Essa vontade transcende as organizações militares, alojando-se no processo do inter-relacionamento político das diversas sociedades. Nesse sentido, há uma continuidade lógica entre política e guerra, já que esta última é apenas uma das formas pelas quais equacionar os interesses conflitantes entre os Estados, interesses que são a matéria tanto de uma quanto de outra. Por essa razão é que se pode dizer que a guerra pertence ao domínio da política, sendo (...) “uma continuação do intercurso político por adição de meios violentos”²⁴.

Um dos motivos que impede a ascensão aos extremos na guerra é o fato de que o propósito que leva à guerra nunca é o único propósito político de um Estado — por mais importante ou vital que este propósito seja. Assim, o tempo todo, os custos e riscos da continuidade da guerra, a necessidade de continuação de outras atividades que não a guerra, a probabilidade de que outros objetivos sejam ameaçados por uma excessiva debilitação, tudo isto leva os governantes a não empregarem a totalidade de seus recursos forças num único empreendimento.

- a guerra é a província da *incerteza e do acaso*

A guerra ocorre num ambiente de informação imperfeita e incompleta, decorrente tanto da ação deliberada do inimigo — no sentido de gerar desinformação — quanto da imprevisibilidade dos próprios elementos que conformam o ambiente. A guerra é extremamente sensível a um sem-número de fatores — acidentes, clima, mal-entendidos, simples confusão, nascidos do simples acaso. Esse ambiente de incerteza e sensibilidade ao acaso concorre para que os responsáveis pela condução da guerra sejam bastante prudentes no emprego da força, moderando, mais uma vez, a tendência de ascensão aos extremos de violência.

- a guerra é dominada pela presença dos *fatores morais*

Uma de suas famosas afirmações é que, na guerra, fatores morais (entusiasmo ou sensação de derrota, medo, coragem, angústia, confiança, timidez, audácia) têm efeito desproporcional nas possibilidades e no resultado do emprego da força com relação aos fatores materiais (números, combatentes, armamentos), potencializando ou restringindo estes últimos. Esse fenômeno é específico da guerra, não encontrando paralelo evidente em qualquer outra atividade humana. Em suas pala-

24. Clausewitz, *On War*, p.99.

vras, “a guerra é uma prova de forças morais e físicas por meio da última”²⁵.

Com isso, ao ressaltar e incorporar teoricamente os fatores morais, Clausewitz permite também compreender por que é que nem sempre quem tem uma força materialmente superior triunfa nas batalhas ou nas guerras. Além disso, a inconstância e oscilação típicas dos fatores morais introduzem uma fonte adicional de incerteza nos responsáveis pela condução da guerra, acrescentando também outro fator intrínseco de moderação na guerra.

- a guerra é constituída por uma *trindade paradoxal*, composta por governo, forças armadas e povo

A guerra, segundo ele, se vincula de tal maneira à vida das sociedades — seja em sua capacidade produtiva, seja como fornecedora de contingentes, seja em termos de seu interesse quanto ao que está em jogo, seja ainda em sua capacidade de sustentar os socialmente responsáveis por combater — e tão essencialmente ao seu propósito político que aqueles três componentes não podem ser separados no exame do fenômeno bélico. Para ele, a guerra era uma “espantosa trindade, composta de uma violência primordial, ódio e inimizade, que devem ser considerados uma força natural cega; do jogo do acaso e da probabilidade em que o espírito criativo está livre para vagar; e de seu elemento de subordinação como um instrumento da política, que a torna sujeita apenas à razão. O primeiro desses três aspectos é relativo principalmente ao povo; o segundo ao comandante e seu exército; o terceiro ao governo”²⁶.

O reconhecimento do povo como um dos componentes essenciais da atividade bélica é uma inovação marcante da teoria clausewitziana. Os que lhe precederam sempre reconheceram a pertinência da amizade ou hostilidade das populações, sem jamais as incorporarem como parte da guerra propriamente dita. Hostilidade ou amizade faziam parte do ambiente em que a guerra ocorria, mas não eram parte da própria guerra. Clausewitz foi o primeiro a incorporar plenamente o povo em sua formulação, reconhecendo a sua centralidade. No limite, não bastava mais derrotar as forças armadas ou dobrar o governo — era preciso quebrar ou conquistar a vontade popular.

25. Clausewitz, *On War*, p.145.

26. Clausewitz, *On War*, p.101.

Ao enquadrar, pela primeira vez, a possibilidade do povo em armas, Clausewitz permite reconhecer algo como uma guerrilha como um fenômeno bélico ou político, e não mais apenas como banditismo ou distúrbios sociais.

- o *combate*, mesmo “virtual”, é a atividade *essencial* da guerra

Clausewitz rejeita a idéia de que uma guerra possa ser travada independentemente do combate. Para ele, como dito acima, o combate é a atividade essencial da guerra, *mesmo quando ele não ocorre de fato*. É dizer: há situações em que o combate não ocorre de fato, ainda que as forças estejam em condições de combater. Estas ocasiões, para Clausewitz, se explicam pelo fato de que ele foi travado mentalmente — nesse sentido, virtualmente — por pelo menos um dos comandantes, cujo resultado provável antecipado é desfavorável — seja do ponto de vista tático, seja do estratégico —, diante de que decide-se não sacrificar forças.

- a *defesa* é a forma mais forte da guerra

Aqui, aparece uma das inovações mais fortes e contra-intuitivas de Clausewitz. Para ele, existe uma assimetria na guerra, qual seja: a força que está defendendo tem vantagem sobre a atacante. A força que tem o propósito defensivo tem apenas que manter a situação para ganhar a guerra; a força que tem o propósito ofensivo é quem tem a responsabilidade de alterar a situação. Além disso, o defensor geralmente tem a vantagem de conhecer o terreno, de poder prepará-lo, do favor da população, de proximidade com relação às suas bases, e portanto de linhas de suprimento menos estendidas. Por outro lado, o atacante tem a vantagem da iniciativa, em princípio podendo escolher onde e como atacar. Para Clausewitz, a essência da defesa é a espera, e a do ataque é a rapidez.

Tudo ponderado, entretanto, Clausewitz identifica uma assimetria entre ataque e defesa, com nítida vantagem para a última. Essa assimetria explica situações em que ambos os lados são fortes o suficiente para se defenderem, mas não suficientemente fortes para atacarem. Resulta daí a impossibilidade do lado que tem o propósito ofensivo continuar atacando com sucesso, dando mais uma vez vantagem ao lado cujo propósito é defensivo, pois a ele basta não ser derrotado para ganhar a guerra. Esta é, para Clausewitz, mais uma das explicações de por que a guerra na maioria das vezes cessá sem que algum dos lados tenha sido totalmente desarmado.

- a onipresença do fenômeno da *fricção*

Um fenômeno identificado por Clausewitz e incorporado à sua teoria é o da fricção. Fricção é um fenômeno pervasivo a toda a realidade da guerra, para o qual o próprio Clausewitz não apresenta uma definição. Ele prefere ilustrá-lo por exemplos e analogias. Para ele, independentemente da ação do inimigo, “tudo na guerra é muito simples, mas mesmo a coisa mais simples é difícil”²⁷. A fricção é o fenômeno que faz com que essas coisas simples sejam tão difíceis. Uma chuva atrasa um batalhão, impedindo-o de chegar na hora certa; uma ordem é mal compreendida ou perdida; a munição deteriora; um nevoeiro impede o inimigo de ser avistado em boa hora.

Para Clausewitz, “a ação na guerra é como o movimento num meio resistente”²⁸. Isso se deve ao fato de que, no ambiente de acaso, incerteza e perigo que é a guerra, qualquer ação implica perdas e risco. Ordens são mal compreendidas ou não são recebidas, caminhos errados são tomados, equipamentos quebram, o desperdício impera e uma infinidade de eventos fortemente relacionados com o acaso tem lugar. A existência da fricção faz com que as forças, simplesmente por existirem ou se moverem, sejam progressivamente consumidas e prejudicadas. Com o passar do tempo, esse fenômeno pode causar perdas absolutamente decisivas. Como resultado, esforços normais não produzem os efeitos esperados; a guerra consome as forças e exige esforços desproporcionais para as coisas mais simples.

Por tudo isso, a fricção é mais uma das explicações de por que a guerra na realidade é tão diferente do previsto conceitualmente.

- o *ponto culminante do ataque*

Dos pontos acima, Clausewitz extrai uma idéia importantíssima, a do ponto culminante do ataque.

Em função da fricção, da assimetria entre ataque e defesa, da participação do povo na guerra, da dinâmica das forças morais, do resultado dos combates e do caráter político da guerra, Clausewitz demonstra que o ataque tende a se exaurir com o seu avanço pelo território inimigo e com a passagem do tempo. Os fenômenos associados à fricção se multiplicam, as vantagens inerentes da defesa começam a produzir resultado, o atacante é obrigado a desviar cada vez mais

forças para proteger flancos e linhas de comunicação cada vez mais extensas, sua vanguarda se distancia cada vez mais de suas bases de abastecimento e força, complicando seu problema logístico; o atacante tende a relaxar seus esforços e Estados neutros tendem a interferir na guerra para restabelecer o *status quo* e o equilíbrio de poder. Trata-se de uma dinâmica pela qual o atacante se enfraquece progressivamente quanto mais profundamente penetra no território inimigo e se distancia de suas bases, quanto mais território ocupado tenha que defender, quanto mais postos tenha que guarnecer. Já o defensor, recuando rumo a suas próprias bases, fortalece-se pela facilidade de reforçar-se, tanto por tropas adicionais quanto pelo empenho advindo da percepção da gravidade de sua situação. Enquanto forças adicionais do atacante têm mais dificuldade para se juntarem às demais e o sucesso lhe sobe à cabeça, o defensor pode contar com forças adicionais muito mais facilmente e possivelmente mais motivadas.

A partir de certo ponto — cuja determinação, Clausewitz admite, é bastante difícil —, o prosseguimento do ataque torna-se temerário. A esse ponto Clausewitz dá o nome de “ponto culminante do ataque”. Atingido o ponto culminante do ataque — o momento a partir do qual o prosseguimento do ataque começa a debilitar a própria força atacante —, seu prosseguimento compromete a própria força e arrisca a sacrificar o que fora obtido até então.

A continuidade do ataque para além de seu ponto culminante pode fazer com que o atacante perca até mesmo o que já havia conquistado ou, ainda, a sua capacidade de se defender, expondo-se a um contra-ataque que pode chegar ao ponto de ocupar parte de seu território. A persecução do objetivo lógico de toda guerra — o desarmamento do inimigo — nem sempre é possível, em função do atingimento do ponto culminante do ataque. A percepção do ponto culminante do ataque deve ser uma das maiores preocupações do estrategista.

Nesse sentido, o ponto culminante do ataque é um fator não mais de moderação da tendência de ascensão aos extremos de violência, mas de limitação dos próprios objetivos da guerra.

- as guerras podem ser *limitadas* ou *ilimitadas*

Assim, para Clausewitz, chega-se a um ponto fundamental, que permeia os capítulos relacionados com o plano de guerra. Para ele, as guerras podem ter objetivos ilimitados — a saber, a destruição efetiva das forças armadas do inimigo — ou limitados — a posse e conquista

27. Clausewitz, *On War*, p.138.

28. Clausewitz, *On War*, p.139.

desta ou daquela parte do território inimigo, na maior parte dos casos. Quanto mais ilimitados forem os objetivos, mais a guerra tenderá a se aproximar de sua forma absoluta, isto é, a forma exigida pelo conceito; quanto mais limitados os objetivos, mais a guerra tenderá a se afastar da guerra absoluta. Configura-se, assim, o último fator moderador da ascensão aos extremos de violência: para objetivos limitados, uma violência proporcional.

Apresentou-se assim, em suas linhas gerais, a teoria clausewitziana da guerra. Não se pretendeu esgotar o assunto, mas apenas introduzir uma orientação mínima para a leitura da obra, de acordo com os propósitos desse *Guia*. Como já dito antes, é impossível fazer-se justiça ao *Da guerra*: é necessário lê-lo e a seus intérpretes.

A incompatibilidade entre Jomini e Clausewitz

Há ainda, entretanto, outros pontos que devem ser apresentados, a fim de que se tenha uma visão mais abrangente do significado de Clausewitz. Com isso, também, pode-se mais facilmente estabelecer um contraste entre a sua obra e a de Jomini. É importante destacar como os mesmos termos adquirem significados bastante diferentes, em função do entendimento distinto de cada um deles sobre o que é a guerra e como interpretá-la.

Relembra-se aqui a responsabilidade que cada um tem de se posicionar e refletir individualmente sobre a utilidade e o valor de quaisquer contribuições, evitando, no entanto, justapor idéias de bases conflitantes na falsa esperança de conciliá-las ou, alternativamente, produzir uma síntese entre elas. Sugere-se, dessa forma, que este contraste sirva como um convite ao exercício da capacidade de se saber um mesmo assunto a partir de dois pontos de vista diferentes, reconhecendo a especificidade de cada um deles e entendendo seus pontos fortes e fracos.

Já foi dito que Clausewitz considerava o combate como a atividade essencial da guerra. De fato, isto é tão forte na sua construção teórica que orienta mesmo a sua análise e definição de alguns termos e perspectivas centrais, como, por exemplo, tática e estratégia. Enquanto para Jomini esses termos são estanques, sem outro relacionamento que não o de serem todos eles “partes da arte da guerra”, para Clausewitz, trata-se de um contínuo cuja ligação é dada pelo próprio combate e que

têm uma relação de interdependência muito estreita, sendo impossível pensar um sem ter em mente sua conexão com o outro. Os melhores exemplos são as definições de tática e estratégia de cada um deles.

Tomem-se inicialmente as definições de Jomini. Para ele, a estratégia é “a arte de fazer a guerra sobre o mapa”²⁹; a tática admite uma repartição entre “tática” propriamente dita e “grande tática”. Grande tática é “a arte de alocar tropas sobre o campo de batalha de acordo com os acidentes do terreno, levá-las ao ponto de contato e a arte de lutar sobre o terreno, em distinção a planejar sobre o mapa”³⁰.

Em outro ponto, no entanto, estratégia é apresentada como sendo “a arte de se trazer a maior parte das forças de um exército para o ponto importante do teatro de guerra ou da zona de operações”³¹. A tática seria “a arte de usar estas massas nos pontos para os quais foram levadas por marchas bem realizadas; é dizer a arte de fazê-las atuar no momento e ponto decisivos do campo de batalha”³².

No entanto, é difícil conciliar este entendimento com as seguintes passagens, por exemplo:

“há outras operações de natureza mista, tais como a transposição de cursos d’água, retiradas, surpresas, desembarques, comboios, quartéis de inverno, cuja execução pertence à tática, [ainda] que sua concepção e planejamento [pertencem] à estratégia”³³;

ou ainda:

“a estratégia decide onde atuar; a logística leva as tropas até este ponto; a grande tática decide a maneira de se empregar e o que executar com as tropas”³⁴;

e por fim:

“grande tática é a arte de se fazer boas combinações antes das batalhas bem como durante o seu desenrolar. O princípio guia das combinações táticas, como o das estratégicas, é trazer o grosso da força disponível sobre uma parte do exército inimigo, sobre aquele ponto cuja posse promete os resultados mais importantes”³⁵.

29. Jomini, *The Art of War*, p.62.

30. Jomini, *The Art of War*, p.62.

31. Jomini, *The Art of War*, p.294.

32. Jomini, *The Art of War*, p.294.

33. Jomini, *The Art of War*, p.62.

34. Jomini, *The Art of War*, p.62.

35. Jomini, *The Art of War*, p.162.

aviação militar, para que se pudesse fazer frente com presteza a qualquer eventualidade.

Os impasses e a influência da obra de Douhet

Apesar de sua lógica interna, o pensamento de Douhet assenta sobre bases falsas. De início, uma delas é surpreendente, quando se leva em conta o fato de que Douhet provinha da arma de artilharia: a sua estimativa grosseira da capacidade dos bombardeiros de infligirem danos físicos. Em primeiro lugar, Douhet simplesmente desconsidera a possibilidade de proteção reforçada a determinados alvos (por exemplo, hangares ou fábricas); bastaria essa simples proteção para que mais bombas — e, portanto, mais bombardeiros — fossem necessárias para sua destruição. Em segundo lugar, considere-se esse simples exercício intelectual construído a partir de uma reflexão de Philip S. Meilinger⁵¹, num estudo crítico sobre a obra de Douhet: o seu círculo de 500 metros de diâmetro a ser completamente destruído implicava uma área de aproximadamente 0,19 quilômetro quadrado. A cidade de Londres tinha uma área aproximadamente mil vezes maior (algo em torno de 200 km²). Ou seja, para destruir Londres completamente, e utilizando-se as mais otimistas expectativas de Douhet, seria necessária uma força de cinco mil bombardeiros; se levarmos em conta a margem de segurança, ainda otimista, pensada por Douhet, seriam necessários 10.000 bombardeiros. Se se incluem os bombardeiros que lançariam as bombas incendiárias e as bombas de gás, postuladas por Douhet, quantos bombardeiros seriam necessários para destruir completamente Londres, ou seja, uma única cidade? E no entanto, naquela peça de ficção a que se aludiu acima, duas dúzias de cidades da França e Bélgica são destruídas por apenas 1.500 bombardeiros carregando bombas de apenas cinquenta quilogramas. É evidente que suas estimativas de danos não são nem minimamente coerentes.

Um pequeno exemplo pode ser trazido para se mostrar o quanto era exagerada a expectativa de Douhet. No ataque a três plantas de óleo sintético alemãs — um alvo relativamente grande, mas bem menor que, por exemplo, Londres —, os aliados despejaram 29.956 toneladas de bombas. Caso as estimativas de Douhet estivessem certas, essa quan-

51. MEILINGER, Philip S. "Giulio Douhet", p.21-2.

tidade de bombas equivaleria à destruição total de três mil áreas de 500 metros de diâmetro, ou seja, um total de 600 km², isto é, três cidades do tamanho de Londres.

Outro erro grosseiro de Douhet foi sua subestimação da capacidade de se defender contra os bombardeiros. Já vimos anteriormente como, mesmo na I Guerra Mundial — antes, portanto, da invenção do radar —, os britânicos tinham conseguido forçar os bombardeiros alemães a só voarem à noite, graças à efetividade de sua defesa aérea. Além disso, Douhet simplesmente ignorou o fato de que a artilharia aliada derrubou mais de mil aviões alemães durante a Grande Guerra e que, graças a melhorias nos sistemas de detonação, o número de tiros certos necessários para se derrubar um avião caiu à metade entre 1915 e 1918. A II Guerra Mundial mostrou o quanto ele se equivocara nesse aspecto.

Na invasão da França em 1940, a *Luftwaffe* atacou as forças aéreas e terrestres dos aliados, obtendo excepcional sucesso e contribuindo decisivamente para o avanço alemão rumo a Dunquerque. Aí as coisas começaram a piorar. Apesar de operarem a partir de bases avançadas em aeroportos capturados, os caças alemães estavam no limite de seu alcance e dispunham de menos tempo de voo no local que os *Hurricane* e *Spitfire* britânicos. Os bombardeiros, então, que operavam de bases na Alemanha, enfrentavam situação ainda mais difícil. Entre 26 de maio e 3 de junho, a RAF perdeu 177 aviões e a *Luftwaffe*, 240. No dia 27, os alemães sofreram mais baixas no ar que nos dez dias anteriores. Em maio e junho de 1940, a *Luftwaffe* perdeu no total 28% de seus aviões; entre os caças bimotores, bombardeiros e bombardeiros de mergulho, as baixas foram da ordem de 30%; entre os caças monomotores, 19%. As baixas entre os pilotos foram apavorantes: 15,2%.

Na Batalha da Inglaterra (entre julho e setembro de 1940), as preparações e o uso inteligente dos recursos feitos pelo marechal-do-ar DOWDING, do *Fighter Command*, permitiram que a RAF, ainda que sofrendo baixas horripilantes e estando sempre na iminência da derrota, impusesse baixas suficientes para que a operação de invasão alemã fosse inviável, acabando por ser abortada. A *Luftwaffe* oscilava entre a obtenção da superioridade aérea e o bombardeio "de terror" sobre Londres, permitindo ao *Fighter Command* se recuperar dos ataques a seus aeroportos; o alcance limitado dos bombardeiros alemães deixava áreas inteiras da Inglaterra a salvo dos bombardeios, permitindo a continuidade da produção de aeronaves e do treinamento, ainda que apressadíssimo, de pilotos; e em nenhum momento a inteligência alemã estimou corretamente os danos produzidos à RAF, deixando a *Luftwaffe*

sempre surpreendida com a resistência britânica. Ao fim e ao cabo, entre maio e setembro de 1940, a *Luftwaffe* perdeu 57% de seus aviões: 50% de seus bombardeiros de mergulho, 65% de seus bombardeiros (1.142 de um total de 1.758), 94% de seus caças bimotores e 57% de seus caças monomotores. Em função dessas baixas e dos preparativos para a invasão da Rússia, a ofensiva contra a Inglaterra foi suspensa.

DOWDING e a defesa aérea britânica

Durante a década de 1930, à medida que o espectro da guerra voltava a assombrar os espíritos, as lideranças políticas inglesas começaram a questionar-se sobre o papel reservado aos civis na guerra desenhada pelos defensores do bombardeio estratégico, ou seja, o de alvos resignados. De fato, a idéia não parecia muito atraente, nem para a população, nem para os políticos. O problema da defesa aérea se tornava cada vez mais premente.

As principais razões para o desenvolvimento efetivo de uma defesa aérea foram três: a primazia das lideranças políticas e de suas razões sobre o argumento técnico de seus conselheiros militares; a lucidez de Dowding, um dissidente dentro da RAF; e um desenvolvimento tecnológico da maior importância.

Em 1938, a paridade com a *Luftwaffe* se tornara quase uma obsessão para os líderes britânicos. Nesse quadro, o número de aviões ganhava, junto à opinião pública, importância sobre seu tipo, curiosa e paradoxalmente a mesma situação enfrentada por Hitler na Alemanha. O Estado-Maior da RAF defendia a aquisição de mais bombardeiros, mas quando o Ministro para a Coordenação da Defesa, Sir Thomas Inskip, perguntou sobre a velocidade de produção e custo unitário de bombardeiros e caças, foi informado de que caças podiam ser construídos mais rapidamente e a custo menor. O gabinete então inverteu as prioridades da RAF e optou pela construção de um maior número de caças. O raciocínio por trás da decisão de Inskip era: impedir um ataque aéreo alemão devastador, possibilitando obter a vitória por um processo de estrangulamento da Alemanha através do domínio do mar.

Por outro lado, em razão do grande crescimento da RAF e do temor mútuo dos defensores do bombardeio e da defesa aérea de que sua doutrina preferida fosse prejudicada caso o comando ficasse nas mãos dos defensores da doutrina concorrente fez com que um dos oficiais

da RAF, não comprometido com o bombardeio, advogasse a separação da RAF em vários comandos operacionais, dentre os quais se sobressaíam o *Bomber Command* (Comando dos Bombardeiros) e o *Fighter Command* (Comando dos Caças). O papel desse dissidente, Major Dowding, dificilmente pode ser exagerado, porque dificilmente poderia ser mais importante.

Em 1934, antes mesmo que Hitler denunciasse o Tratado de Versalhes e anunciasse o programa de rearmamento alemão, o governo britânico começava a receber informações de que uma enorme força aérea alemã estava prestes a surgir. Na época, um meteorologista chamado Robert Watson-Watt vinha fazendo algumas experiências inovadoras com rádio para tentar medir a distância e a posição de tempestades. H.E. Wimperis, assessor científico do Ministério da Guerra, perguntou então a Watson-Watt se era possível fazer um "raio da morte" que derrubasse os bombardeiros que porventura entrassem no espaço aéreo britânico. Watson-Watt respondeu que não era possível fazer um "raio da morte", mas era possível construir um instrumento que localizasse os bombardeiros a longa distância. À época, Dowding era o responsável pela Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Guerra. Logo em fevereiro de 1935, Watson-Watt fez uma demonstração razoavelmente bem sucedida do novo instrumento; era ainda rudimentar, precisando de mais pesquisas, mas o princípio era claro e estava demonstrado. Surgia o radar. Dowding conseguiu imediatamente que o Ministério da Guerra financiasse as pesquisas e o desenvolvimento do radar.

Em 1936, foi criado o *Fighter Command*, cujo comando foi assumido por Dowding. Este começou então a trabalhar num sistema de comando e controle que pudesse ser eficaz para a defesa aérea. O sistema, ao final, incluía uma cadeia completa de radares, mais uma vasta rede de observadores (*Royal Observer Corps*) e um complexo sistema de comunicações. Várias agências foram envolvidas: por exemplo, ao Correio cabia construir e manter as linhas terrestres que conectavam as estações de radar e os postos de observação aos postos de comando. O sistema não era perfeito, mas era o melhor já visto até então e foi eficaz. Sua principal vantagem na Batalha da Inglaterra, entretanto, residia no fato de que os alemães não sabiam rigorosamente nada sobre sua estrutura e funcionamento, fazendo com que procedessem às cegas.

Além disso, Douhet subestimou absurdamente a capacidade das populações de resistirem aos riscos e sofrimentos dos bombardeios. De fato, a experiência da II Guerra Mundial — e da Guerra Civil Espanhola, como percebeu parte da oficialidade da *Luftwaffe* — revelaria que geralmente o efeito moral dos bombardeios era exatamente o oposto do pretendido por Douhet: intensificava-se, pela dor e pela fúria, a vontade da população em dar o troco, solidarizando ainda mais governo e sociedade. Douhet parece aqui padecer de um preconceito: o de que as populações civis eram covardes e assustadas. Não foi isso que se viu. Em defesa de Douhet, entretanto, cabe salientar que nisso ele não estava sozinho; muitos autores entendiam que o colapso de moral que redundara do desgaste da I Guerra Mundial seria mais facilmente reproduzido por ataques vindos do ar contra os quais não haveria defesa.

Talvez em função desse preconceito, Douhet julgava que, para ser efetiva, uma defesa contra os bombardeios — que ele considerava impossível — teria que destruir todos os bombardeiros, pois, na sua concepção, um só bombardeiro que despejasse suas bombas já produziria grande efeito moral sobre a população. Curiosamente, Douhet desprezava o efeito moral (e material) sobre o inimigo da destruição de um grande número de seus aviões.

Douhet falhou também em antever possibilidades alternativas de emprego da aviação, principalmente no apoio aéreo e interdição, em cooperação com as forças terrestres. Para isso contribuiu sua avaliação equivocada da perenidade do impasse das trincheiras. Como já visto, as possibilidades da motorização e da mecanização da guerra em terra eram muitas, exigindo criatividade e experimentação para se configurarem em instrumentos de uso militar.

Ao contrário do que Douhet imaginava, a invasão da França pela Alemanha, em 1940, dá testemunho das grandes possibilidades disponíveis aos comandantes de terra na exploração das vantagens advindas do uso do ar. Durante a longa espera entre o final de 1939 e maio de 1940, os alemães tinham percebido algumas coisas, dentre elas: que os aliados pretendiam avançar sobre a Bélgica com suas melhores forças; segundo, que esse avanço não teria início antes que a Alemanha desse início à sua ofensiva.

Tudo estava pronto, então, para o cumprimento do plano alemão, que acabou por explorar esta vantagem de inteligência. Em 10 de maio de 1940, a Alemanha iniciou o seu ataque, o famoso “Golpe de Foice”. O Grupo de Exércitos B (*Heeresgruppe B* — HGB), comandado por

von Bock, invadiu a Holanda e a Bélgica com 30 divisões; a conquista da Holanda levou apenas cinco dias: os holandeses se renderam em 14 de maio. O principal ataque do HGB, porém, foi o que penetrou pela área estreita entre Maastricht e Liège, que atingiu a linha do Rio Dyle (para onde as tropas belgas haviam recuado, com o objetivo de encontrar as forças aliadas de França e Inglaterra) no dia 15 de maio, onde os aliados os esperavam com 35 de suas melhores divisões (contra 23 alemãs, sendo uma *Panzer*). Na noite do dia 15, porém, os aliados já sabiam que o principal ataque alemão não vinha pelo norte, mas sim pela região das Ardenas, mais ao sul.

Ali, o Grupo de Exércitos A (HGA), comandado por von Rundstedt, fazia a principal e surpreendente ofensiva alemã. Liderado pelo Grupo Blindado de von Kleist (incluindo cinco *DIVISÕES PANZER* SOB GUDERIAN e Rheinhardt) e o Corpo Blindado de Hermann Hoth (duas divisões *Panzer*). Essa força avançara por três estradas, atingindo o rio Meuse na noite de 12 de maio; a Cavalaria Francesa e o terreno ondulado das Ardenas mal atrasaram a marcha. O Meuse foi forçado em 13 de maio em três lugares diferentes, sendo que, em Sedan, um enorme e constante bombardeio aéreo dizimara a artilharia francesa enquanto as divisões *Panzer* de Guderian cruzavam o rio infiltrando-se por entre as posições francesas. Em 14 de maio o rio foi transposto pela vanguarda Panzer, assim como pelas divisões de infantaria mecanizada que a seguiam. Os exércitos franceses naquele setor, comandados respectivamente por Corap e Huntzinger, se retiraram, e Guderian encontrou, em 15 de maio, uma avenida aberta entre o Segundo e o Nono Exércitos franceses: uma brecha de 80 km de largura que se estendia, praticamente desguarnecida, desde Sedan até o mar.

As forças enviadas para tentar conter a penetração de Guderian não chegaram a tempo, em parte porque as comunicações francesas dependiam do telégrafo e do telefone, em parte porque a *Luftwaffe*, tendo obtido superioridade aérea, interditava o movimento das tropas aliadas.

Entretanto, em 17 de maio, o Alto Comando do Exército alemão (*Oberkommand des Heeres* — OKH), temendo um contra-ataque aliado, ordenou a Guderian que parasse. Guderian, consciente da natureza fugaz da oportunidade que tinha diante de si, protestou energicamente, conseguindo autorização para conduzir um “reconhecimento em força”; na prática, uma autorização para prosseguir em seu avanço rumo ao mar, desde que deixasse parte de suas forças em Montcornet. Um pouco mais a Norte, as forças de Hoth, capitaneadas pela *Panzer* de Rommel, tomam Cambrai e, na Bélgica, von Bock perseguia os Aliados

em retirada, atingindo o Rio Dender em 18 de maio. Em 19 de maio, a infantaria alemã já consolidara a linha até Montcornet, e Kleist foi autorizado a continuar avançando. Guderian já estava bem mais adiante e prosseguiu, atropelando as forças aliadas que encontrava em seu caminho, até que, em 20 de maio, com a rendição de Abbeville, os alemães já tinham um corredor para o mar, separando os aliados de suas bases de suprimentos e expondo Paris a um ataque direto. A Força Expedicionária Britânica (BEF), isolada dos portos principais do Canal, foi obrigada a recuar para Dunquerque, sem nenhuma esperança de contra-atacar.

Nesse meio tempo, Guderian prosseguiu até Bolonha e, em seguida, Calais, isolada em 22 de maio. Em 24 de maio, cinco *Panzerdivisionen* estavam pressionando a linha do canal, quando sobreveio a ordem de Hitler de parar o ataque. Esse milagre permitiu aos britânicos consolidarem um perímetro e, em seguida, improvisarem a evacuação de suas forças, sob cobertura da RAF, que impediu que o bombardeio da *Luftwaffe* inviabilizasse esta retirada. Os britânicos deixam para trás quase todo seu equipamento. Em 26 de maio, Hitler autorizou as *Panzer* a prosseguirem e atacarem a linha do Canal. Em 5 de junho, quando os alemães finalmente atingiram Dunquerque, os aliados haviam evacuado 338.226 soldados britânicos, franceses e belgas. No Norte, as forças belgas e aliadas recuaram até Oostend e, em 28 de maio, o Rei Leopoldo se rendeu incondicionalmente.

Em 5 de junho, as forças alemãs se redirecionaram para a conquista total da França. As forças aliadas não tinham mais a menor condição de combater: faltava equipamento e, principalmente, moral; a absoluta superioridade aérea alemã lhes permitia explorar qualquer vulnerabilidade nas disposições francesas e a *Luftwaffe* havia conquistado uma ascendência psicológica tal que o ruído das sirenes e as fintas das aeronaves alemãs eram suficientes para dispersar ou desmoralizar tropas francesas. As divisões alemãs atacaram as fortificações da Linha Maginot, vencendo os últimos focos de resistência. O armistício foi assinado em 22 de junho.

Assim, em apenas 42 dias, as forças terrestres alemãs, apoiadas pela *Luftwaffe*, num papel totalmente distinto do defendido por Douhet, obtêm uma vitória estrondosa, ao passo que a Batalha da Inglaterra e o bombardeio aliado sobre a Alemanha mostram que as expectativas de Douhet quanto ao desempenho das forças aéreas eram irrealistas. Ao contrário do que Douhet imaginava, alternativas táticas continuavam disponíveis para as forças terrestres.

GUDERIAN E AS DIVISÕES PANZER

Em 1928, Heinz Guderian tornou-se responsável pelo estudo do transporte de tropas por caminhão no exército alemão; além disso, passou também a dar aulas sobre tática de tanques. Segundo ele próprio, foi em 1929 que suas idéias sobre guerra blindada realmente tomaram forma. Ainda segundo Guderian, foi então que ele concluiu que uma força só de tanques estava fadada a derrota, e que era extremamente necessário o concurso de infantaria e de artilharia, que, no entanto, deveriam ajustar-se ao ritmo e velocidade dos tanques, e não o contrário, como queriam os franceses.

A idéia das forças mecanizadas ia gradativamente ganhando terreno entre os demais oficiais alemães. No entanto, havia ainda um intenso debate acerca da alocação ou não de tanques a outras unidades. Beck, chefe do Estado-Maior a partir de outubro de 1933, queria que o exército tivesse três divisões *Panzer* (blindadas) e três brigadas de tanques independentes, que poderiam ser alocadas a unidades de infantaria se a situação assim o exigisse. Cada divisão de infantaria, entretanto, teria um batalhão de tanque próprio, divisional, orgânico, basicamente para reconhecimento. Guderian defendia que todos os tanques e unidades mecanizadas estivessem sob seu controle: todos os esforços deveriam ser concentrados na criação das divisões blindadas (*Panzerdivisionen*). Beck queria tanto as divisões blindadas quanto tanques em apoio à infantaria. Sua proposta aumentava a flexibilidade do exército, mas demoraria muito mais tempo para ser implementada.

Exercícios com unidades motorizadas realizados em 1932 haviam comprovado que as forças de tanques precisavam do suporte de outras armas; para isto, as armas que fossem incluídas nas formações blindadas deveriam ser tão móveis quanto os tanques. Em 1934, esboçou-se o desenho das divisões *Panzer* e, em 1935, realizou-se um exercício com um protótipo. O exercício foi um sucesso, apesar do pouco tempo de treinamento e de os rádios ainda não terem sido entregues no número previsto. Em outubro de 1935, então, criaram-se as três divisões *Panzer* que haviam sido aprovadas no ano anterior. Cada uma tinha então, finalmente, dois regimentos de tanques (dois batalhões cada), um regimento de infantaria motorizada (dois batalhões), um batalhão de motociclistas, um regimento de artilharia, um batalhão de reconhecimento blindado, um batalhão antitanque e demais unidades de apoio. Guderian mesmo foi designado para o comando da Segunda Divisão Panzer.

A motorização, por sua vez, permitiu a superação de um dos mais graves problemas enfrentados pelos alemães na I Guerra: o de suprir a exploração da brecha. Como se viu anteriormente, a estreita dependência das tropas para com as ferrovias limitava em demasia não só sua mobilidade, mas também sua capacidade de ser suprida após a passagem das linhas inimigas. Não que as ferrovias tenham se tornado dispensáveis: a motorização apenas eliminou a estreita dependência para com elas no momento da ruptura da linha inimiga e de sua exploração. Esta era a componente-chave da guerra *Panzer*, freqüentemente esquecida: ela não era apenas a guerra feita com divisões de tanques; era a guerra feita com divisões móveis, cujo suprimento tinha toda a flexibilidade da malha de estradas.

Cabe destacar ainda um outro aspecto da concepção de Guderian: a correta percepção do valor do rádio para a guerra. A excelente cooperação entre as armas e as divisões *Panzer* devia-se basicamente à disponibilidade abundante de rádios. Durante a II Guerra, não foi possível em nenhum momento equipar todos os tanques com radiotransmissores, mas todos os tanques alemães tinham receptores. O rádio foi ainda crucial para a comunicação das *Panzer* com a *Luftwaffe*, e com isso chegamos ao elemento que faltava para compreender o sucesso alemão: a cooperação com a *Luftwaffe*. Graças à insistência de Guderian no rádio, as divisões podiam requisitar apoio aéreo quase imediatamente; a guerra *Panzer* não era um conceito de guerra terrestre, mas sim aeroterrestre.

Alguns defensores de Douhet afirmam que a bomba atômica — e, posteriormente, toda a panóplia de armamentos termonucleares — teria, ao fim e ao cabo, dado razão a Douhet. Com efeito, argumentam, o potencial destrutivo desses armamentos tornava efetivamente temível a penetração de mesmo um único bombardeiro. A relevância de suas idéias teria sido comprovada pela realidade do mundo bélico atômico e nuclear.

Essa percepção é falsa, e deriva antes do nosso espanto e assombro diante da capacidade destrutiva inaudita que os armamentos atômicos e nucleares aportaram à realidade bélica do que de um exame do processo decisório que levou à rendição japonesa em 1945. A avaliação de que teria sido o bombardeio atômico sobre Hiroshima e Nagasaki

que teria levado à rendição nada mais é que uma outra narrativa mitológica.

O estudo minucioso do papel do bombardeio aéreo na rendição japonesa efetuado por Pape⁵² mostra cabalmente, com o rigor científico que deve caracterizar os Estudos Estratégicos, que foi a derrota frágil das forças japonesas diante dos soviéticos na Manchúria que precipitou a rendição. De fato, as forças japonesas na Manchúria eram consideradas pelo alto comando japonês como suas melhores forças; se elas puderam ser vencidas tão facilmente, o que aconteceria no caso da iminente invasão do território metropolitano japonês pelos aliados? À luz destes resultados, o alto comando japonês passou a julgar que não seria possível resistir ao avanço das tropas invasoras.

Ao mesmo tempo, a revisão das atas de reunião do governo japonês deixa claro que a bomba atômica fora percebida pelo seu exército como apenas uma superbomba, que não alterava a situação geral: desde março de 1945, as cidades japonesas vinham sendo sistematicamente incineradas pelo bombardeio americano; em um só dia (10 de março de 1945), morreram mais pessoas em Tóquio do que em Hiroshima em 6 de agosto. E, não obstante, esse bombardeio sistemático com bombas convencionais durou aproximadamente três meses, obliterando a maior parte das áreas urbanas japonesas. Dessa forma, é compreensível a percepção do alto comando japonês segundo a qual a bomba atômica não significava grande coisa; já a incapacidade de resistir a uma invasão do Japão e a perspectiva de uma ocupação soviética eram fatos novos que forçavam a rendição para evitar o fim do Império Japonês.

Vale contrastar tais afirmações com o comentário de Philip Meilinger: “se a única coisa que tornasse Douhet relevante fosse o prospecto do holocausto nuclear, então ele seria, de fato, totalmente irrelevante”⁵³. De fato, não é razoável que a perspectiva de aniquilação da espécie humana seja brandida por quem quer que seja para viabilizar qualquer propósito político. Afinal, este prospecto aniquilaria também aqueles que porventura viessem a ameaçar um oponente com a obliteração.

52. PAPE, Robert. *Bombing to Win: Air Power and Coercion in War*. Ithaca, Cornell University Press, 1996.

53. MEILINGER, Philip. “Giulio Douhet and the origins of airpower theory”, p.31.

Observa-se, assim, que nem o prospecto do bombardeio atômico valida as idéias de Douhet. Resta examinar uma argumentação mais recente, que também tentou validar os preceitos douhetianos: afirma-se que a Guerra do Golfo de 1991 teria cumprido as expectativas de Douhet. Segundo este argumento, a Coalizão teria obtido sua rápida vitória a partir de um verdadeiro “comando do ar”, que teria não apenas desarmado a Força Aérea Iraquiana, destruído suas indústrias de armamentos mais avançados e destruído do ar as forças iraquianas que ocupavam o Kuwait. De acordo com esta leitura, apenas a rendição iraquiana teria evitado a destruição completa de suas forças armadas, sua infra-estrutura industrial ou eventualmente suas cidades. Enfatiza-se que foi uma decisão política que impediu a exploração do comando do ar para a destruição da moral iraquiana pelo bombardeio contra suas cidades. O principal, porém, seria a evidência de que as forças aéreas teriam podido destruir as forças terrestres iraquianas (após terem obtido a supremacia aérea), praticamente sem recurso às forças terrestres da Coalizão. Esta interpretação foi reforçada pela apresentação seletiva de imagens pela televisão “em tempo real”, tornando-se muito plausível para aqueles cuja única fonte de informação sobre a guerra foi a TV.

No entanto, as coisas não foram bem assim. A Guerra do Golfo de 1990-91 iniciou-se, em agosto de 1990, com o que poderia ter sido um *fait accompli* ou o início da conquista do virtual monopólio do petróleo mundial pelo Iraque. Na esteira de uma relação difícil com o Kuwait, um de seus maiores credores, e cuja existência independente só pudera continuar pela garantia de potências ocidentais, o Iraque lançou mão de seu considerável exército e invadiu o país. Talvez tenha sido um arroubo, sem maiores preparativos, sem maiores reflexões e, acima de tudo, sem uma logística capaz de fazer muito mais do que ocupar *Kuwait City*. Mas a ameaça de um seguimento contra a Arábia Saudita pôs em campo os Estados Unidos da América. A administração Bush tomou súbita e dolorosamente consciência de que o governo iraquiano não era razoável; percebeu de súbito que os programas militares iraquianos não eram um diletante passatempo tecnológico, mas uma ameaça real à fonte de mais da metade do petróleo mundial.

Não cabe discutir aqui o processo pelo qual os Estados Unidos decidiram-se a barrar e então desfazer a agressão iraquiana. Basta-nos que, com algum retardo, em escassas 48 horas, as primeiras tropas americanas tenham se interposto no caminho do Exército do Kuwait iraquiano. Por outro lado, é impossível contextualizar o desenlace

militar da Guerra do Golfo, em 1991, sem uma visão, superficial que seja, do elaborado processo político pelo qual a Carta das Nações Unidas emitiu seu primeiro mandato combativo em quase meio século.

Ante a ameaça de um avanço contra a Arábia Saudita e os Estados do Golfo Pérsico, onde estão entre 50% e 60% do petróleo mundial, e em nome das garantias que a ONU assegura a seus membros, uma série de medidas militares e diplomáticas foram imediatamente ativadas. Este processo acabou por se consolidar numa ampla coalizão multinacional, cujo mandato cresceu da defesa do solo saudita para a reversão da ocupação iraquiana do Kuwait.

Sucintamente, o problema era que a administração Bush não desejava que a resposta à agressão iraquiana fosse uma ação unilateral. Todo o seu projeto político pós-Guerra Fria dependia do estabelecimento das bases de um regime de segurança de ação concertada, em que a opção pela guerra fosse clara e inequivocamente ou uma agressão inaceitável ou uma resposta legítima a tal agressão. O emaranhado político árabe-muçulmano, tornado ainda mais complexo pela problemática questão de Israel, se conectava com a difícil construção de uma maioria e de uma ausência de veto russo ou chinês no Conselho de Segurança das Nações Unidas, tudo isto ampliado pela perspectiva de uma campanha pelo segundo mandato presidencial. Assim, enquanto o Iraque perdia a janela de oportunidade de uma *Blitzkrieg* pelas areias da Península Arábica, uma a uma se esgotavam as alternativas de paz negociada e se edificava um claro mandato para libertar o Kuwait “por todos os meios necessários”. Por volta de outubro de 1990, ainda que isto só se tornasse público em novembro, o “Escudo do Deserto” que protegera a Arábia Saudita transformava-se gradualmente numa opção ofensiva.

O Iraque fortificou-se conforme os manuais soviéticos que orientavam seu pensamento militar, numa extensa e densa zona defensiva com múltiplas camadas que, esperava, imobilizaria qualquer ofensiva da Coalizão. Por detrás dela, preparava a contra-ofensiva blindada da elite do Exército Iraquiano e da Guarda Republicana, igualmente fortificada. O Iraque julgava-se imune a ataques aéreos pela posse da mais densa e extensa rede de defesa aérea fora da URSS. Com assessoria francesa, o governo iraquiano construía as regiões de defesa aérea mais fortemente protegidas contra aviação do mundo. Isto se devia ao desejo de impedir a repetição de um ataque israelense como o que destruíra seu reator nuclear em construção em 1981. Ofertava, ainda, uma rede de C³IC de última geração, ainda que relativamente dependente de estações fixas, potencialmente capaz de orquestrar não apenas

a batalha de defesa aérea mas, possivelmente, a própria batalha terrestre. Note-se como a força aérea iraquiana, sem a massa numérica exigida pela matriz doutrinária soviética, não tinha realmente um papel claro, como, de resto, não havia tido na guerra contra o Irã durante a década de 1980.

A Coalizão e o mandato das resoluções da ONU que a justificaram resultaram de um esforço diplomático inédito, centrado nos Estados Unidos. Neste arranjo, os interesses e perspectivas de ação diversificados de meia centena de nações e os princípios de segurança internacional da ONU foram forjados num virtual consenso internacional sobre a necessidade de se recorrer às armas para libertar o Kuwait. Aparentemente, o governo iraquiano estava convicto de que não seria possível quer articular uma ação conjunta, quer obter uma vitória militar que não impusesse custos e baixas proibitivos. Tanto a Etiópia tomada por Mussolini em desafio à Liga das Nações em 1936, quanto dez anos de defesa impenetrável contra ataques iranianos, pareciam estar na mente de sua chefia.

A Coalizão se beneficiou de seis meses, nos quais reuniu uma poderosa força militar e acumulou estoques e instalações de suporte; e de mais de seis décadas de experiência na articulação de aliados e forças para operações interaliadas, um ponto amplamente antecipado nos preparos norte-americanos. Um ponto nevrálgico deste arranjo foi a designação de uma estrutura unificada de C³IC capitaneada por um comandante-em-chefe plenipotenciário, que subordinava todas as forças de todos os países presentes, a quem foi passada a tarefa de planejamento e eventual execução da guerra: o General Schwarzkopf. O tempo tornou-se um fator crítico em inícios de 1991. Em março, viriam a estação das chuvas e o mês sagrado muçulmano do Ramadã. A administração Bush, à testa de uma coalizão multinacional, detinha o controle da situação e estabeleceu como prazo final os meados de janeiro de 1991.

Em 17 de janeiro de 1991, um ataque aéreo colossal desabou sobre os iraquianos, demolindo seus nexos de defesa aérea, energia, sensoriamento, C³IC, logística, aeroportos e centros de pesquisa e manufatura. A lista de alvos foi cuidadosamente elaborada e deliberadamente executada de maneira a desarmar o Iraque, fosse para a luta contra as forças de terra da Coalizão, fosse para dar continuidade a seus desejos expansionistas, com o mínimo de baixas civis. Progressivamente, o peso do fogo aéreo se deslocou para as unidades de operações do Kuwait, desbastando-as e obliterando tudo o que não estivesse fortifi-

cado ou protegido. A caça aos Scuds foi um fator político relevante, expressivo em termos de aviões deslocados do bombardeio, profundamente ineficaz em seu resultado e de pouca relevância para o desenlace dos eventos no Kuwait.

Num dado momento, decidiu-se que o que se podia destruir fora destruído, e que era hora do ataque terrestre. Fintando desde o mar e na costa, o cerne mecanizado da Coalizão — um grupo de aproximadamente uma dezena de divisões mecanizadas francesa, britânica e americanas — deslocou-se para Oeste e desfechou, em conjunto com o restante das forças da coalizão, um avanço geral em toda linha. A amplitude deste ataque foi imprecendente, com as diversas forças envolvidas executando simultaneamente diversas manobras distintas, ainda que, de uma certa forma, autonomamente.

Os iraquianos da linha de frente cederam e se renderam aos milhares e dezenas de milhares; a Guarda Republicana, inicialmente desorientada pela finta, engajou-se em combate direto e foi praticamente destruída pelas forças terrestres da Coalizão. Devido a um erro de comunicação, antes que a retirada iraquiana pudesse ser definitivamente cortada, o que teria eliminado a maior parte do Exército do Iraque, o comando indicou à administração Bush que estava satisfeito, e, diante do risco de que se desse a impressão de um massacre indiscriminado e unilateral, sinalizou-se o término das operações prematuramente. Ainda houve algum combate onde os iraquianos quiseram progredir sobre posições em mãos aliadas, mas a luta cessou em tempo para o armistício.

O sucesso contra o Iraque resultou pelo menos tanto da avassaladora superioridade logística de meios, munições e suprimentos — algo que os americanos, doutrinariamente preparados para escassez, consideravam impossível numa guerra real — quanto dos resultados sistêmicos de um emprego integrado das forças armadas coligadas.

Um aspecto importante desta discussão é que, ao contrário da impressão obtida através da TV, o exército iraquiano não foi destruído pelo ar, nem se abandonou aos golpes americanos. A linha de frente, aliás de acordo com a melhor doutrina soviética, era de menor qualidade e foi deixada a si mesma — rendendo-se em massa para as forças terrestres da Coalizão. Mas o contra-ataque veio, ainda que descoordenado.

Na guerra não há certezas, e em mais de uma ocasião a vanguarda americana esbarrou em concentrações consideráveis de força iraquiana relativamente intactas, eliminando-as com seus próprios meios. Neste

sentido, os iraquianos sobreviveram aos ataques aéreos em condições de lutar. Lutaram, mas as forças da Coalizão lutaram muito melhor. A sensação que se tem da literatura americana é de que a vitória teria sido possível mesmo com os armamentos trocados — propaganda ou não, reflete a centralidade do pessoal sobre o equipamento. Talvez o epitáfio mais contundente e o elogio mais sincero venham da boca de um anônimo soldado americano que, ao ser perguntado o que achara da guerra contra o Iraque, respondeu, desdenhoso: “Nosso treinamento é mais duro.”

Finalmente, não se poderia terminar esta exposição sobre a Guerra do Golfo sem destacar duas salvaguardas sobre a falsa informação trazida pela TV. A primeira é que muitas das imagens vistas diversas vezes, construindo, uma a uma, nossas convicções, eram literalmente isto — a mesma imagem, vista de novo e de novo — até o ponto em que pensamos que toda a realidade era como o que a TV mostrava. A segunda é uma curiosa questão de fuso horário e *media business*; quando as batalhas terrestres mais sérias tiveram lugar, era madrugada de um fim de semana no Brasil — e não era caso de fazer uma transmissão direta. Aí, a guerra acabou — e estas batalhas, já liberadas pela censura aliada, nunca foram “notícia”. Há algo a se aprender, aqui, sobre a superficialidade da notícia e sobre a necessidade de se repensar o que julgamos ter “visto com os próprios olhos”.

Assim, desmontam-se uma a uma as alegações douhetianas pretensamente confirmadas pela Guerra do Golfo. Em primeiro lugar, cabe salientar que a proteção da Arábia Saudita foi feita primordialmente por aviões americanos baseados em porta-aviões. Afinal, apenas dois dias após a invasão do Kuwait, não era possível sequer transferir uma quantidade significativa de aviões para a região do Golfo Pérsico; que dizer do intenso esforço diplomático necessário para formação da Coalizão, para a cessão de bases na região, para o transporte necessariamente marítimo dos suprimentos sem os quais as aeronaves seriam apenas presas de guerra; como ilustração, deve-se lembrar que 95% do combustível consumido pelos aviões da Coalizão foram transportados por via marítima. Desta forma, a expectativa douhetiana de uma inutilidade das marinhas foi refutada pela experiência da Guerra do Golfo.

O mesmo pode-se dizer da expectativa douhetiana da obsolescência completa dos exércitos. A ofensiva terrestre da Coalizão foi indispensável para a obtenção do resultado desejado, ou seja, a expulsão das forças de ocupação iraquianas do território do Kuwait. Quando se revela o grande nível de desgaste das forças iraquianas pelos ataques

aéreos e se apontam as grandes quantidades de prisioneiros e material capturados, não se pode esquecer que estes resultados só puderam ter significado *no momento em que as forças terrestres da Coalizão entraram em contato com as forças terrestres do Iraque*. Desafia todo o bom senso querer crer que o Iraque poderia ter sido expulso do Kuwait mesmo que suas forças tivessem sido ainda mais atingidas pela aviação da Coalizão do que efetivamente o foram. O resultado concreto do desbaste das forças iraquianas foi proporcional aos esforços de camuflagem e proteção das forças atacadas; as bem camufladas reservas sofreram baixas, mas não baixas incapacitantes. O ataque aéreo da Coalizão produziu resultados significativos contra a linha externa de fortificações iraquianas no Kuwait, cujas tropas — não todas — se renderam na chegada da infantaria da Coalizão. Já o ataque aéreo contra a Guarda Republicana, melhor protegida que a linha externa de fortificações, produziu um efeito muito menor e não chegou a impedir nem o seu deslocamento contra as forças da Coalizão nem a existência de superioridade numérica contra a vanguarda mecanizada da Coalizão em pontos localizados; de fato, o desgaste da Guarda Republicana, trazido pelos ataques aéreos, foi muito menor do que o que se disse na época.

Por fim, a defesa antiaérea iraquiana foi capaz de derrubar aviões da Coalizão, *mesmo depois que o seu sistema de defesa aérea integrada fora aniquilado* pelas forças da Coalizão. Deste ponto de vista, cai por terra a pressuposição douhetiana de que a defesa contra os bombardeiros era impossível.

É difícil escapar à observação de que Douhet, como Jomini, “preferia convencer a estar certo”. Algumas de suas observações contrastam fortemente com outras proposições suas e com fatos cuja ignorância, para quem se propõe a tarefa a que ele se dedicou, é simplesmente imperdoável. A seleção arbitrária de fatos, o escamoteamento de problemas e a inconsistência de seu pensamento, reunidos na busca de uma única estratégia perfeita e necessariamente vitoriosa, depõem contra sua inclusão na linhagem dos mais úteis pensadores militares.

Não obstante, Douhet foi — e ainda é — um dos mais influentes, senão o mais influente, dentre aqueles que escreveram sobre o uso militar do ar. Em diversos países, o inter-relacionamento entre a aviação comercial e a militar é muito forte, a despeito do esvaziamento da premissa básica de Douhet: a da fácil conversibilidade da aviação civil em aviação militar. A experiência da segunda metade do século XX demonstrou que, pelo menos em guerras convencionais, as operações

militares no ar têm de fato uma importância desproporcional, embora muito longe do que Douhet afirmava, e por diferentes motivos. Forças aéreas independentes foram criadas pelo mundo inteiro, embora em muito poucos países elas tenham o controle sobre toda a aviação, seja a de asa fixa, sejam os helicópteros. A batalha pelo que hoje se chama de superioridade aérea é uma das mais importantes em todas as guerras contemporâneas, embora a forma como é conduzida seja muito distinta da imaginada por Douhet.

A História Militar do século XX pode ser tomada como fonte para um esforço de reenquadramento da pertinência de Douhet como fundamento da reflexão sobre a guerra no ar. As experiências americanas, em particular, podem mesmo dar base a uma leitura que afirme a preponderância do papel da arma aérea como adjunto tático da guerra em terra e no mar. Aqui, chega-se a uma fronteira: a fronteira do conhecimento e da reflexão, onde ainda não é possível distinguir de forma inequívoca quais as obras e quais os entendimentos que melhor expressam o conteúdo da história da guerra no ar. A experiência da Força Aérea do Exército dos Estados Unidos na campanha da Normandia, notadamente como orientada por E. Quesada, é ponto de partida para a convicção de muitos de que o melhor emprego possível das aeronaves é o suporte direto e indireto às operações em terra⁵⁴.

A experiência no Pacífico se abre a duas leituras diferentes; uma, encarnada no uso da arma aérea naval por Keeney e, complementarmente, Spruance⁵⁵, que ecoa a centralidade do ar para operações no mar e que dialoga diretamente com Quesada; outra, materializada no bombardeio estratégico do Japão, que, através de uma orientação contra-infra-estrutural⁵⁶, deu exemplo da contribuição da guerra no ar na inviabilização da logística inimiga, sem que isso compartilhe da idéia

54. HUGHES, Thomas A. *Overlord*. Nova York, The Free Press, 1995.

55. WARDEN, John A., III. *The Air Campaign: planning for combat*. Washington, Pergamon-Brassey's, 1989.

56. MCFARLAND, Stephen L. *America's Pursuit of Precision Bombing, 1910-1945*. Washington, Smithsonian Institution Press, s.d.; FABER, Peter R. "Interwar US Army Aviation on the Air Corps Tactical School: incubators of American airpower" in MEILINGER, Philip S. (org.). *The Paths of Heaven: the evolution of airpower theory*. Maxwell AFB (Alabama), Air University Press, 1997.

de que a guerra possa ser ganha pela força aérea atuando sozinha. Neste sentido, revela-se a falácia embutida no epíteto "estratégico", quando aplicado ao uso das forças aéreas: trata-se de uma admissão implícita da idéia de que seu emprego poderia ganhar a guerra. Desta forma, é mais apropriado falar-se de bombardeio contra-industrial, ou contra-infra-estrutural, ou contraforças; rigorosamente falando, trata-se apenas de variantes de interdição.

A bomba atômica e as munições guiadas, cada uma a seu turno, radicalizaram e potencializaram esta tensão sem realmente resolvê-la. O aperfeiçoamento de armamentos automáticos capazes de voo — os mísseis de diversos tipos — questionaram mesmo a necessidade de pilotos, que dizer de uma força aérea independente. Por outro lado, estes mesmos armamentos deram base a uma concepção de defesa aérea automatizada tão forte e prevalente que apenas o engenho humano e capacidade de ação flexível de seres humanos nos controles das aeronaves parecem adequados para explorar suas fraquezas e vulnerabilidades — desde logo, a sua geometria e o seu caráter automático.

A crescente importância da órbita baixa terrestre para todos os fins lança, ainda, o questionamento quanto a se as organizações e práticas concebidas para a dinâmica aérea são uma base adequada para a consideração de alternativas de ação propriamente espaciais, ainda que, por enquanto, espaciais da órbita baixa. A órbita e os gradientes de gravitação e velocidade emancipam-se da aerodinâmica e da lógica de composição entre carga combustível e carga útil que diferem de forma marcada — e talvez fatal — da dinâmica de bases e alcances que caracterizou a guerra no ar até o presente.

O século XX ainda não conheceu uma formulação em moldes clausewitzianos sobre a guerra no ar. Existe um número considerável de trabalhos sobre aspectos táticos e, menos frequentemente, estratégicos — no sentido clausewitziano — da guerra no ar. Isto pode se dever a que não seja adequado pensar estratégias de uma única força, e sim, das forças integradas. No que se refere à guerra no ar, busca-se ainda sistematizar o acervo de experiências, estudos e pesquisas num entendimento capaz de subsidiar uma formulação geral, que resista ao teste de sua refutação.

Por um lado, a centralidade dos esforços de teorização da guerra no ar tem sido o arrimo da existência e continuidade de forças aéreas independentes. Sobre a base cada vez menos sólida do bombardeio estratégico, as forças aéreas independentes têm resistido a discussões sobre a superioridade e mesmo a propriedade de seu emprego como

armas aéreas terrestres ou navais. A questão do espaço, que pode ter especificidades que a distingam de forma radical da questão do ar, tem sido tratada como uma continuidade natural das forças aéreas no entendimento pouco claro e potencialmente equivocado de aeroespaço. Isto tem se somado para dificultar a tarefa de quem se proponha a uma formulação mais abrangente de uma teoria do uso militar do ar.

Visto de uma perspectiva mais ampla, de fato, toda discussão sobre a guerra no ar do século XX se deu a partir e à sombra da assertiva de que a guerra pelo ar seria capaz de contornar o desgaste da guerra industrial em terra e mar e produzir, por si só, a vitória; daí a importância que foi atribuída ao entendimento douhetiano de que o bombardeio poderia ser propriamente estratégico. Perceba-se como, neste sentido, não era mais tão relevante se Douhet influenciara ou não os projetos e concepções de outros com o “Domínio do Ar”; o que era relevante era que Douhet havia articulado a ambição dos aeronautas sobre a importância e a decisividade do ar da forma mais radical. Havia, portanto, um contraste de prioridades e tudo o que estas implicavam em termos de recursos e percursos: por um lado, os que não punham em dúvida que o bombardeio podia ser estratégico e priorizavam os bombardeiros pesados; por outro, os que preferiam dar conta das diversas formas pelas quais a incorporação do uso do ar podia servir a propósitos bélicos na terra ou no mar e priorizavam os diversos tipos de aeronaves que podiam desempenhar a gama de papéis potencialmente úteis para os exércitos e marinhas. O que tornava este contraste uma tensão era exatamente o fato de que a existência de forças aéreas independentes estava centrada na idéia do bombardeio estratégico.

Esta tensão é evidente em todo o campo de estudo da guerra no ar. Um exemplo imediato é a divisão geralmente aplicada a “forças aerotáticas” e “forças aeroestratégicas”. No mais das vezes, esta repartição não tem nenhum outro lastro do que o alcance das aeronaves envolvidas; em outras situações, nem mesmo este lastro existe. Considere-se, por exemplo, o emprego de aviões de ataque baseados em porta-aviões: seu ataque a alvos no interior do território inimigo, a partir do mar, pode ser chamado de “estratégico”? Em caso afirmativo, e não sendo conduzido pela força aérea independente, como julgar a assertiva de que é necessário um estado-maior e um comando compostos exclusivamente por aviadores, tal como defendido pelo relatório Smuts ou por Douhet? Se não, qual a diferença, em tal situação, entre os bombardeios pela força aérea independente ou pela ala aérea embarcada no porta-aviões? Se a mesma aeronave, na mesma situação, sob o mesmo

comandante, pode ser empregada indiferentemente para o ataque a alvos industriais ou para o ataque a forças inimigas, qual o sentido da distinção entre “aerotático” e “aeroestratégico”? Percebe-se, assim, o equívoco embutido em uma partição que, embora de uso corrente, não resiste a um exame lógico ou histórico mais embasado, e cuja prevalência é melhor percebida como sintoma de uma tensão do que como uma proposição analítica cientificamente fundamentada.

A importância óbvia da força aérea para a guerra moderna contrasta fortemente com a fragilidade de suas bases teóricas e doutrinárias. Considerando-se a escassez relativa de exemplos históricos, a dificuldade de análises para o papel bélico do ar e sua contribuição para a guerra em terra e no mar, o pleito de que a guerra aérea possa ser decisiva em si mesma e a multiplicidade de questionamentos que o míssil e o espaço próximo colocam a um enquadramento que tenha que, a um só tempo, atender aos reclamos da especificidade da guerra no ar e da dinâmica corporativa que ambienta o debate entre e a respeito das forças e armas aéreas, talvez não seja surpresa que se possa encerrar este capítulo com a consideração de que a reflexão sobre o emprego militar do ar ainda espera o seu grande autor.